

**Trabalho 130****LICENÇAS MÉDICAS NO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL DE SÃO PAULO. CAUSAS, REAVALIAÇÃO EXTRA-OFICIAL E PROPOSTA DE MUDANÇAS (\*)****Luiz Carlos Morrone(\*\*)**

(\*) Trabalho apresentado nas reuniões científicas relacionadas abaixo mas cujo conteúdo ainda é considerado atual.

(\*\*) **Professor Adjunto** - Depto de Medicina Social - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa – SP - Rua Cesário Mota Jr. 61 - CEP 04124-080 - São Paulo – SP - [morronelc@uol.com.br](mailto:morronelc@uol.com.br)

**Palavras chaves:** Absenteísmo. Licença médica. Governo. Educação. Saúde ocupacional.

**1 – INTRODUÇÃO**

As ausências ao trabalho de professores representam importante problema de gerenciamento de recursos humanos para o Serviço Público Estadual de São Paulo. Simpson (1962), em Edimburgo, Inglaterra, analisando as ausências ao trabalho por doença de 2.422 professores, entre 1954 e 1955, registrou que a maior frequência de faltas era entre as mulheres e que, em média, as licenças duravam 17 dias. Por outro lado, Aronsson (1962), em Estocolmo, Suécia, preocupado em mostrar um lado positivo da dedicação do professor ao trabalho, constatou que, entre os vários profissionais estudados, é um dos mais presentes ao trabalho, mesmo se considerando doente. Ele tem o compromisso de estar presente para atender aos seus alunos mesmo em condições de saúde precárias. Uma avaliação das licenças médicas, com duração superior a três meses, de servidores das escolas públicas estaduais da Baixada Santista, foi realizada como parte das atividades do Programa de Saúde do Trabalhador, implementado pelo IAMSPE, a partir de setembro de 2000, programa este descrito por MORRONE, 2004.

**2- OBJETIVOS** 2.1 Descrever os resultados das avaliações que realizaram em relação à licenças médicas concedidas para servidores públicos estaduais, lotados em Municípios da Baixada Santista, segundo: cargo, sexo, idade, data de admissão, ano de início do primeiro afastamento do trabalho, média anual de dias em licença médica, motivo do afastamento. 2.2 Analisar a discordância entre o parecer da equipe técnica do PST e a conduta do DPME. Identificar a situação dos licenciados deste estudo em maio de 2005.

**3- MATERIAL E MÉTODOS.** O programa incluía algumas etapas necessárias para a avaliação, a saber: análise psicossocial, avaliação médico-ocupacional, discussão do caso em junta formada por psicóloga, assistente social, enfermeira do trabalho, médico do trabalho e o Coordenador da Equipe Técnica. Este trabalho foi realizado com 105 servidores licenciados. A primeira providência tomada, em relação a cada caso, de forma geral, foi obter os dados referentes ao conjunto de licenças médicas concedidas, coletados do Histórico de Licenças Médicas, de cada servidor, no site [www.dpme.saude.sp.gov.br](http://www.dpme.saude.sp.gov.br). Os dados colhidos pelo PST abrangeram o período de 1985 a 2005. A entrevista psicossocial utilizou formulário que continha além dos dados de identificação, os períodos de licenças médicas e um histórico do quadro clínico no momento da entrevista. O percentual de dias perdidos foi calculado em relação a um potencial de 365 dias de trabalho para o conjunto de 105 licenciados, independentemente da função exercida. As queixas relacionadas ao início da doença foram coletadas dos registros de entrevistas psicossociais dos licenciados. A comparação entre o parecer técnico do PST e a conduta do DPME, até a revisão de maio de 2005, foi enquadrada sob as formas de parecer concordante ou discordante ao do DPME. A análise da



## Trabalho 130

situação dos casos em maio de 2005 foi obtida a partir de dados registrados no Banco de Dados do DPME e, quando esta informação não existia, a partir de informação obtida diretamente nas escolas às quais os servidores estavam vinculados.

### 4– RESULTADOS:

**4.1 Caracterização do grupo de licenciados estudado.** O cargo de professor representou a proporção mais elevada entre os licenciados. A maioria dos licenciados, 83 (79,0%), pertencia ao sexo feminino. Observou-se que 62 (59% do total) licenciados tinham mais de 20 anos de trabalho no serviço público estadual. Verificou-se que mais de 50% tinha idade superior a 50 anos. O número de servidores, cuja média anual de licenças médicas, foi superior a 100 dias, foi de 37 (35,3%). Constatou-se que 54 (51,4%) servidores informaram que o motivo dos afastamentos era decorrente de transtornos mentais e comportamentais.

**4.2 – Proporção de casos de licenciados em que houve discordância de conduta entre a equipe técnica do PST e a decisão do DPME.** Dos 105 casos estudados, a comparação de pareceres do PST e DPME ficou restrita a 71 casos. Concluiu-se que dos 71 licenciados avaliados, em 53 (74,6%) casos houve discordância entre as decisões da Equipe Técnica do PST e a conduta do DPME. Entre as causas de discordância foram identificados 38 casos (53,6%) que teriam condições de retorno ao trabalho: 20 na mesma função e 18 como readaptado. Também se concluiu que, do total de avaliados, 15 (21,1%) já deveriam ter sido aposentados por invalidez. As discrepâncias estiveram presentes, com maior frequência, nos diagnósticos que mais apareceram, isto é, transtornos mentais e comportamentais, onde a Depressão foi a mais presente. Cabe ressaltar que foram identificados dois casos de licenças médicas prolongadas onde não existia qualquer doença identificada pela Equipe do PST.

**4.3 – A elevada frequência de episódios de agressão física ou mental como possíveis agentes causais de afastamento do trabalho por licença médica.** Dos 105 licenciados, em 39 (37,1%) casos foi relatada uma associação do início de licença médica com um episódio de agressão física e/ou verbal. Ocorreram casos em que apareceram mais de uma agressão, num mesmo episódio. A maior parte ocorreu dentro da escola. Foram 31 casos em que o motivo inicial relatado da licença médica foi um episódio de agressão.

**4.4 – Situação do grupo de licenciados avaliados em maio de 2005.** Em maio de 2005, foi verificada a situação dos licenciados deste estudo comparada à conduta que o PST sugeriu em seu parecer final. Em relação aos casos em que o PST indicaria outro encaminhamento, observou-se o seguinte: em 20 casos com indicação de volta ao trabalho na mesma função, em 18 casos sugeridos para readaptação de função, quanto a 15 casos com indicação do PST para aposentadoria por invalidez.

### 5 – DISCUSSÃO –

**5.1- Quanto à abrangência do estudo.** Foi considerado baixo o número de casos concluídos e com parecer emitido. Há que se levar em conta que foi um projeto inédito e que a participação dos servidores era facultativa. A morosidade dos contatos necessários para se chegar ao licenciado, e a dependência de que terceiros explicassem o objetivo do programa, também diminuíram a abrangência possível.

**5.2 – Quanto às características do grupo estudado.** Com a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no ano de 1996, foi introduzido o sistema de ensino que estabeleceu o processo da “progressão continuada”. A entrada em vigor desta lei foi percebida por grande parte dos entrevistados como prejudicial ao seu trabalho. As licenças médicas, superiores a mais de 100 dias em cada ano decorrido desde o ano de 1985, revela, para este grupo, uma redução significativa do desempenho



## Trabalho 130

esperado, tomando-se como base um total de 365 dias/ano. Em nove casos, os afastamentos foram superiores a 200 dias por ano, em média. Estes dados ressaltam um comprometimento acentuado da produtividade por absenteísmo. Acredita-se que esses resultados não seriam encontrados numa empresa privada, por risco de torná-la inviável. Acredita-se que fatores como: a longa distância entre a escola e a residência do servidor, a violência presente na comunidade e dentro da própria escola, dificuldades em relação ao sistema de ensino e o desgaste do professor, em condições tão adversas, sejam fatores associados à ocorrência prevalente de diagnósticos de depressão nas licenças médicas prolongadas. Desta forma, tal distúrbio parece indicar mais um desajuste laborativo do que propriamente uma doença claramente definida como depressão. Presume-se que exista também uma banalização desse diagnóstico por parte de médicos não especializados em psiquiatria.

**5.3 – Quanto à análise das discordâncias encontradas entre a equipe técnica do PST e o DPME.** A equipe do PST daria parecer diferente em 53 casos (74,6% do total), considerando-se os 71 servidores avaliados e com emissão do parecer final. Isto evidencia que o trabalho do médico acrescido de outros profissionais, como o assistente social, o psicólogo e o enfermeiro do trabalho, e envolvendo também coleta de informações no local de trabalho e com a família, conforme Sá (2003), tem maior rigor técnico na avaliação e permite conclusão mais apurada dos casos.

**5.4 – A importância das agressões físicas e/ou verbais no grupo de trabalhadores estudados.** Como já foi assinalado, foi surpreendente encontrar tantos servidores, em licenças médicas prolongadas, que se afastaram do trabalho por apresentarem sintomas decorrentes de agressões sofridas no trabalho. Os depoimentos sobre essas agressões foram acompanhados de associações com as mudanças no sistema de ensino, onde ao ver desses depoentes o professor perdeu a autoridade em sala de aula, com reflexos em seu desempenho e no respeito dos alunos pela sua pessoa e/ou pelo ensino.

**6 – RECOMENDAÇÕES** - O equívoco constatado entre doença e desajuste ocupacional requer um trabalho diferente do praticado pela Perícia, com a inclusão da proposta do Programa de Saúde do Trabalhador da Baixada Santista. Como já assinalado em trabalho anterior, Sá (2003), a experiência do PST/Baixada Santista mostrou-se positiva, mas requer maior efetividade nos seus resultados finais. Para tanto, a parceria com o DPME tem que ser revista e melhorada.

### Referências:

- Aronsson G. et al. Sick burst yet at work. An empirical study of sickness presentism. *Epidemiol Community Health*, 54 (7): 502 - 9, 1962.
- Morrone, Luiz Carlos et al. Saúde e segurança do trabalho de servidores públicos estaduais: resultados iniciais de um programa em São Paulo. *revista brasileira de medicina do trabalho. belo horizonte*, vol. 2 – n°2 p.94 –102 – abr-jun 2004.
- SÁ, L.H.F.M., et al. Ausências ao trabalho de longa duração, por motivo de saúde, entre professores da rede estadual de ensino dos municípios da Baixada Santista. In: VIII Congresso da Associação Paulista de Saúde Pública, Anais. Ribeirão Preto, SP, n° 143, 2003.
- SEIDMAN S.A., Zager J. A Study of Coping Behaviors and Teacher Burnout. *Work and Stress*, Vol. 5, N. ° 3, pages 205 -16 (80 references).
- SIMPSON J. Sickness Absence in Teachers. *British Journal of Industrial Medicine*, Vol. 19, N. ° 2, pages 110 -115, 1962 (24 references).